



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS
COMISSÃO NACIONAL PARA A ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

**RESUMO EXECUTIVO DA REUNIÃO DA COMISSÃO NACIONAL PARA A
ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO**

Local: Sala de Conferência 10º Andar, Edifício Parque Cidade Corporate, Brasília/DF.

Data: 08 de julho de 2010

Horário: 09h30 (nove horas e trinta minutos)

1 Esteve reunida, às nove horas e trinta minutos do dia oito do mês de julho de dois mil e
2 dez, na Sala de Conferências do 10ª Andar do Edifício Parque Cidade Corporate, em
3 Brasília/DF, a Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, sob a
4 Presidência do Secretário de Direitos Humanos da Presidência da República e Presidente
5 da CONATRAE, Ministro Paulo de Tarso Vannuchi, com a presença dos seguintes
6 **Participantes Convidados:** Dr. Fernando Araújo – *Representante do Ministério do*
7 *Trabalho e Emprego – MTE;* Dra. Tereza Cristina de Moraes Rodrigues – *Representante*
8 *do Ministério da Defesa – MD;* Dra. Adriana Sobral Mandarino – *Representante do*
9 *Ministério do Meio Ambiente – MMA;* Dra. Paula Dora Aostri Moraes – *Representante do*
10 *Ministério da Justiça – MJ;* Dr. André Dantas Amaral – *Representante do Ministério do*
11 *Desenvolvimento Agrário-MDA;* Dra. Vera Lucia Oliveira – *Representante do Ministério da*
12 *Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA;* Dr. Marcelo Moreno – *Representante da*
13 *Polícia Rodoviária Federal – PRF;* Dra. Maria Leonel – *Representante da Associação*
14 *Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA;* **Dr. Carlos Eduardo –**
15 **Representante da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT;** Dr. Luiz
16 Machado – *Representante da Organização Internacional do Trabalho – OIT;* Dr. Leonardo
17 Sakamoto – *Representante da Repórter Brasil / Organização de Comunicação e Projetos;*
18 Dr. José Armando Fraga Diniz Guerra – *Coordenador Executivo da Comissão Nacional*
19 *para a Erradicação do Trabalho Escravo-CONATRAE;* Dra. Tatiana Villa Carneiro –
20 *Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil-CNA;* **Dr. Mario Luiz**
21 **Guerreiro – Representante da Advocacia Geral da União – AGU;** Dra. Débora Tito –
22 *Representante do Ministério Público do Trabalho – MPT;* Mary Cohen – *Representante do*
23 *Conselho Federal de Psicologia – CPF;* Dr. Carlos Alberto Nunes – *Representante do*
24 *Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT.* **Abertura e Informes:**
25 Verificado o quorum, o Presidente abriu os trabalhos cumprimentando e agradecendo a

26 presença de todos e fazendo uma fala sobre a mudança de sede da Secretaria de Direitos
27 Humanos, que efetivada com status de Ministério com a aprovação de Medida Provisória
28 no Congresso. Após, ponderou que a tarefa da reunião era o planejamento de agosto a
29 dezembro sob a tônica das restrições do período eleitoral e como uma das primeiras
30 ações seria a avaliação do Encontro Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo e
31 a edição e lançamento do livro relatório do mesmo; uma nova reunião descentralizada, tal
32 como a realizada no Rio de Janeiro, que teve como resultados o lançamento, pelo
33 Governador daquele estado, um pacote de direitos humanos, denominado Rio de Direitos.
34 Ressaltou que a Proposta de Emenda Constitucional nº 438 dificilmente seria votada no
35 período de eleições. Todavia, as ações junto ao judiciário podiam ser dinamizadas, visto
36 que o Poder Judiciário pouco se envolve nas eleições, a não ser a justiça eleitoral, e a de
37 interesse da comissão é a Justiça Trabalhista. Informou de conversa com o Ministro Luiz
38 Dulci e o Ministro Luiz Adams, Advogado Geral da União – AGU. Com relação às TACs.
39 Ressaltou que o Ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, foi incisivo ao afirmar o
40 perigo do precedente aberto e esvaziar inteiramente o significado da lista do cadastro
41 nacional das empresas envolvidas com trabalho escravo. **Avaliação do Encontro**
42 **Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo.** A Sra. Débora Tito avaliou
43 positivamente o encontro e a sua repercussão e sugeriu mais pessoas envolvidas na
44 organização. O Sr. Luiz Machado, também avaliou positivamente o Encontro e só
45 lamentou a presença insipiente dos empregadores no debate. O Sr. Carlos Alberto Nunes
46 também avaliou o encontro de forma positiva, ressaltando o nível de comparecimento e
47 interesses das entidades e sugeriu um segundo encontro em outro lugar do país, que não
48 Brasília. O Sr. Leonardo Sakamoto afirmou que o encontro foi ótimo e fundamental,
49 porém, fez algumas ponderações também com relação à organização, à falta de algumas
50 entidades do setor empregatício e de algumas do segmento social, ao tamanho das
51 mesas. Agradeceu à Procuradoria Geral da República, que cedeu o espaço e deu apoio à
52 realização. E sugeriu o apoio de pessoas das entidades que compõe a CONATRAE ou
53 mesmo a contratação de pessoal para auxiliar na organização do evento. Por fim, se pôs
54 à disposição da CONATRAE para a sistematização dos anais do encontro. A Sra. Vera
55 Lúcia Oliveira parabenizou a realização do evento que, segundo ela, é um marco na
56 história da erradicação do trabalho escravo no Brasil, e colocou o Ministério da Agricultura
57 Pecuária e Abastecimento – MAPA como um parceiro na erradicação. Por último,
58 ressaltou a falta de alguns órgãos importantes, como o Ministério do Desenvolvimento
59 Agrário – MDA e o próprio MAPA. Em seguida, o Ministro ressaltou algumas das críticas
60 feitas já colocando algumas soluções e informou que o Sr. José Armando Fraga Diniz
61 Guerra deixou de ser chefe de gabinete da Subsecretaria e passava a se dedicar

62 exclusivamente às atividades da CONATRAE. Ponderou que seria importante já marcar a
63 data para o segundo encontro e desde aquele momento verificar a localidade. **Ações da**
64 **CONATRAE e Outros assuntos.** O Ministro Paulo de Tarso Vannuchi ressaltou que a
65 primeira ação seria uma carta compromisso aos candidatos aos governos estaduais e da
66 república e questionou se a carta seria lida naquele momento e aprovada numa reunião
67 posterior. Ao passo que o Sr. Leonardo Sakamoto esclareceu que a carta seria aprovada
68 naquela reunião. Porém, o Ministro afirmou que não era bom sem uma leitura prévia dos
69 participantes. Deste modo, o Sr. Leonardo Sakamoto informou que originalmente a carta
70 não era da CONATRAE, a carta se tornou da CONATRAE e que, em 2006, as entidades
71 da sociedade civil fizeram uma carta compromisso e a enviaram para os candidatos aos
72 governos estaduais e à Presidência da República e esclareceu que o prazo máximo para
73 executar as ações que envolviam também a assinatura da carta compromisso era até
74 meados de setembro e necessitava da aprovação da carta naquele momento. Posto isto,
75 o Ministro Paulo Vannuchi sugeriu que a CONATRAE aderisse à carta na próxima reunião
76 da Comissão em agosto. A Sra. Adriana Sobral Mandarin, assim como a Sra. Tatiana
77 Villa Carneiro apoiou a proposta do Ministro. O Ministro Paulo Vannuchi colocou a
78 proposta Sr. José Armando Fraga Diniz Guerra que seria a incorporação das alterações
79 propostas em um prazo de duas semanas. O Sr. Leonardo Sakamoto propôs duas cartas,
80 uma com a subscrição da Frente Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo
81 enviada para os candidatos aos governos estaduais, e uma posterior, também assinada
82 pela CONATRAE para os candidatos à Presidência da República com as devidas
83 alterações sugeridas. Proposta esta apoiada pela Sra. Mary Cohen. Com tanto, foi
84 aprovada essa proposta e que dia 21 do corrente mês fosse feita a aprovação da mesma.
85 Aprovado este encaminhamento, a CONATRAE passou a discutir a intensificação das
86 ações junto ao judiciário, basicamente no formato de oficinas. A Sra. Débora Tito informou
87 que seria realizada uma oficina em Uberlândia/MG e que como repercussão do Encontro
88 Nacional Tocantins, Mato Grosso e Pernambuco solicitaram para uma próxima oficina a
89 presença de um Juiz Federal, além do Ministério Público Federal. O Sr. José Armando
90 Fraga Diniz Guerra informou a celebração de curso sobre trabalho escravo na ótica penal
91 e trabalhista para juízes do trabalho e federais, entre os dias 25 e 27 de agosto, em
92 Brasília, organizado pela Escola Nacional de Magistratura, da Associação de Magistrados
93 do Brasil. A Sra. Maria Leonel informou que a programação deste evento seria alterada e
94 que no site da ANAMATRA constaria as alterações. Informou: que a entidade firmou
95 parceria com o canal Futura para a veiculação de *spots* de 30 a 60 segundos sobre a
96 violação dos direitos fundamentais, incluindo aí o trabalho escravo; que o Livro “Trabalho
97 Escravo, O Desafio de Superar a Negação seria atualizado; e pediu a colaboração dos

98 membros da Comissão para colaborarem nessas duas ações. A Sra. Ana de Souza Pinto
99 informou a realização de evento em Belém do Pará/PA, dias 12 e 13 de agosto do
100 corrente ano, visto o esvaziamento da COETRAE e um descompromisso do governo do
101 estado, que culminou na criação da Frente Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo,
102 e que seria uma iniciativa importante do ponto de vista político e pragmático para
103 retomaras articulações em função de dar prosseguimento à luta do combate ao trabalho
104 escravo. O Sr. Luis Carmargo informou: que o Centro pela Justiça de Direito Internacional
105 – CEJIL realizou duas oficinas em São Luís do Maranhão e Imperatriz, no Maranhão/MA,
106 para discutir o combate ao trabalho escravo, a estrutura da corte e da comissão
107 interamericana de direitos humanos, além da exploração sexual infanto-juvenil; que o
108 Conselho Monetário Nacional – CMN proibiu a concessão de crédito e financiamento para
109 os empresários que mantinham trabalhadores em condições análogas à de escravo.
110 Posto isto, o Ministro Paulo Vannuchi ressaltou a importância da notícia e da divulgação
111 da mesma e sugeriu a presença no 2º Encontro da Jornalista Miriam Leitão, além de
112 outros dois membros da mídia nacional. O Sr. André Dantas relatou que a Representante
113 da Organização das Nações Unidas – ONU para a erradicação do trabalho escravo
114 esteve no Brasil visitando o MDA e solicitou informações sobre os trabalhos
115 desenvolvidos por aquele Ministério e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma
116 Agrária – INCRA que foram prontamente dadas. O Sr. José Armando Fraga Diniz Guerra
117 informou; que a rede Globo de Televisão veicularia *spots* sobre a erradicação do trabalho
118 escravo a partir de janeiro de 2011 durante a campanha “Globo, A Gente Se Vê Por Aqui”;
119 que a relatora da ONU para a erradicação do trabalho escravo enviaria o pré-texto do
120 relatório sobre a erradicação do trabalho escravo para receber contribuições da
121 CONATRAE para que no final de setembro ele seja apresentado pela ONU em Genebra.
122 Posto isto e não havendo nada mais a ser discutido o Presidente encerrou a reunião.